

REVOLUCAO PASSIVA E EDUCACAO: UMA LEITURA POLÍTICA SOBRE A ATUAÇÃO DO BANCO MUNDIAL NO BRASIL

Marcos Vinícius Pansardi*

A história do Banco Mundial, instituição criada em 1944, não é linear. Desde os seus primeiros anos de vida, até os dias de hoje, seu caminho tem revelado mudanças periódicas de orientação e de direção. Sua preocupação primordial evoluiu dos temas da reconstrução econômica do pós-guerra para os países europeus nos anos 40, do financiamento da infra-estrutura dos países periféricos nos anos 50 e 60, para os temas ligados à agricultura destes países nos anos 70. Foi também nestes anos que o Banco Mundial (BM) volta-se para os problemas sociais, durante a gestão MacNamara (1968-81), com temas dessa natureza, colocando como centro de sua atenção a questão da pobreza e focalizando a educação como a ferramenta central para a resolução deste problema central dos países subdesenvolvidos (Soares, 1996; Coraggio, 2000; Silva, 2002).

O Banco Mundial é uma instituição criada sobre as ruínas da Segunda Grande Guerra e teve sua atuação vinculada à história da Guerra Fria, pois a questão da segurança internacional sempre foi seu plano norteador. Se a reconstrução da Europa foi sua primeira missão, como auxiliar do Plano Marshall, sua participação visou também conter um possível avanço comunista para o ocidente europeu. Consolidado a recuperação européia e estabilizado as relações com a União Soviética sobre este espaço geográfico, a Guerra Fria mudou seu campo de operações para os países periféricos e acompanhando esta mudança o BM também deslocou seu centro de atenção para os países subdesenvolvidos. O primeiro enfoque se deu em auxiliar o desenvolvimento de uma infra-estrutura nestes países que pudesse

* Professor do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná.

ser o apoio para sua industrialização, como forma de combater a miséria e, portanto, os focos de rebeldia operária. Já no final dos anos 60, o seu eixo de atuação se desloca do meio urbano para o rural, focalizando o desenvolvimento da agricultura e financiando a criação de escolas técnicas agrárias, como forma de combater as guerrilhas rurais que buscavam inspiração na Revolução Cubana e no maoísmo (Leher, 1998).

A crise da dívida dos anos 80, fruto da crise econômica dos anos 70 e da hiperinflação colocou os países periféricos entre eles principalmente os da América Latina, numa situação de extrema fragilidade em relação aos países e instituições privadas seus credores. Sem o aval das instituições internacionais, como o FMI e o BM, estes países não poderiam refinar suas dívidas e muito menos buscar novos empréstimos, e a partir deste momento a atuação destas agências internacionais se fortalece, e os governos latino-americanos foram transferindo "capacidade de decisão" (Fiori, 2001).

Assim é que, assistimos novamente uma mudança de rumos do BM nos anos 80. A sua ação nos processos de estabilização econômica e monetária desenvolvidos em conjunto com o Fundo Monetário Internacional (FMI), nos anos 70, rendeu fortes críticas sobre a ineficácia dos planos de ajuste econômico e também sobre seus altos custos sociais. O Banco compreendeu que seu insucesso se deu pela sua incompreensão dos aspectos políticos subjacentes a estes projetos. A partir daí, há uma valorização das questões políticas ligadas aos aspectos da reforma do Estado e de suas instituições, e também da importância de levar em conta aspectos culturais e ideológicos que bloqueiam os processos de modernização dos países subdesenvolvidos. Temas como a legitimidade política, a "boa governança", o combate à corrupção, o fortalecimento da sociedade civil, a democratização, a mudança de valores na esfera pública, passaram pouco a pouco, a substituir o discurso que privilegiava a liberalização, a desregulamentação, a privatização e a estabilização (Borges, 2003).

Com o fim da Guerra Fria, e com o aprofundamento dos processos de globalização, muitos autores situados principalmente no campo realista/conservador, como por exemplo, Mearsheimer (1990) defenderam a idéia que o legado daquela foi um mundo instável politicamente, com o recrudescimento do nacionalismo e dos conflitos interestatais. A quebra da superestrutura da segurança internacional traria o retorno da temível anarquia entre os Estados, a ordem precisaria ser reconstruída. E novamente a instabilidade tem origem nos países subdesenvolvidos, são os conflitos interétnicos, os fundamentalismos religiosos, o terrorismo internacional, o narcotráfico, os levantes indígenas, e o ressurgimento dos populismos terceiro-mundistas.

A globalização trouxe consigo uma interdependência entre as nações cada vez mais pronunciadas, ligando a vida dos países mais poderosos ao dos países subdesenvolvidos. Segundo presidente do Banco, W. Clausen, a instabilidade política, econômica e social destes poderia afetar seriamente os primeiros, criando uma pressão inflacionária com resultados extremamente negativos (Fonseca, 1998).

Para autores ligados a uma leitura gramsciana no campo das relações internacionais, a crise dos anos 80 pode ser classificada como uma crise orgânica ou crise hegemônica. Assim, para o canadense Stephen Gill:

Os anos 80 e 90 podem ser definidos como uma fase de crise de hegemonia e de declínio da coerência da ordem pós-bélica, caracterizado pela ruptura econômica e política e do caos, dos modelos insustentáveis de crescimento demográfico e da urbanização, da degradação ambiental, da pobreza e da fome, da fuga em massa e dos movimentos migratórios (Gill, 1997).

Esta fase se caracterizaria pela incerteza, pela mudança contínua, já que os aspectos institucionais chave da realidade histórica atual estão mudando: assim, forma de Estado, de mercado e de

sociedade civil em novas formas de economia política, que alteram no espaço local, nacional, regional e mundial. A consequência disso é uma mudança na forma de perceber o mundo.

Para os autores desta corrente, o fim da Guerra Fria significou a quebra do sistema internacional chamado de “westphaliano” e da emergência de uma nova estrutura emergente denominada de “pós-westphaliana”. Ordem esta que estaria rompendo os laços ainda existentes do sistema mercantilista/protecionista anterior, proporcionando um caminho livre para o desenvolvimento do capital transacional. Estaria se formando um novo Bloco Internacional de dominação, o que Gill chamou de *Bloco Histórico Transacional* (1994), formados pelas forças sociais nacionais e internacionais beneficiárias deste processo¹.

Este novo bloco em seu núcleo compreende numa larga mistura de elementos dos aparatos estatais do G-7, o capital transnacional (a indústria, a finança e os setores dos serviços) e também os trabalhadores privilegiados e pequenas firmas (pequenas e médias empresas empregadas como compradores ou fornecedores, de importação-exportação, companhias de serviço como agentes de câmbio, contadores, consultorias, *lobbies*, empresas culturais, arquitetos, *designers*), o que o autor chama de “nexo G-7”, ainda não exerce uma política hegemônica e sim o que ele chama de política de “supremacia”, que consistiria na “predominância de um bloco de forças não hegemônico que exercita em uma fase determinada o domínio sobre a população fragmentada, antes que uma forma coerente de oposição possa emergir” (Gill, 1994b). A regulação da ordem internacional, portanto, além do patrocínio incontestado do poder norte-americano, seria dominada por esta síntese entre a sociedade civil global e o Estado internacionalizado, ou seja, um Estado ampliado global.

As características deste nascente sistema Pós-Guerra Fria têm como centro, não mais os países dominantes, mas, sim, estas grandes instituições reguladoras, que, no entanto, e não paradoxalmente,

¹ Outro autor da mesma corrente, o também canadense Robert W. Cox, chamou este de Bloco Histórico Global (1997).

representam os interesses destas mesmas grandes potências, em particular os do capital transnacional que também como estas se movem com relativa liberdade aparentando pairar sobre as antigas soberanias estatais. A própria crise de legitimidade (hegemonia) norte-americana explica, em parte, esta internacionalização das instituições da ordem e da autoridade. Para os autores, também chamados de "neo-gramscianos), assiste-se a recomposição das relações Estado-sociedade civil a nível internacional. Sua "adaptação" dos conceitos gramscianos para a análise das relações internacionais levou-os a construções conceituais que nos permitem aprofundar a compreensão sobre os fundamentos desta crise. Assim, Cox (*apud* Gill, 1997; Cox, 1994) desenvolveu os conceitos de Estado internacionalizado e de sociedade civil internacional e a interligação dialética entre Estado/sociedade civil também a nível internacional. O fortalecimento da sociedade civil internacional através da atuação destas instituições globais não é prova do enfraquecimento dos Estados hegemônicos, mas, sim, prova da ampliação de seu poder.

A compreensão deste processo de construção de uma nova ordem mundial Pós-Guerra Fria nos leva a repensar o papel destes Estados internacionalizados e desta sociedade civil internacional na constituição de um novo Bloco Histórico global. Neste processo de construção, a questão da hegemonia se coloca como fundamental².

Para alguns autores, a idéia de um Bloco Histórico internacional não seria possível dentro do pensamento de Gramsci, porque para este autor as classes sociais – base fundamental deste Bloco – são essencialmente um fenômeno nacional (Carnevali, 2005).

Já discuti em outro momento (Pansardi, 2007) a questão das classes sociais no pensamento neo-gramsciano, não é o momento de

² Hegemonia é uma estrutura de valores e entendimentos sobre a natureza da ordem que permeia um sistema inteiro de entidades estatais e não-estatais. Em uma ordem hegemônica, tais valores e entendimentos são relativamente estáveis e inquestionáveis. Eles aparecem para a maioria dos atores como a ordem natural. Tal estrutura de significados é baseada pela estrutura do poder, na qual mais provavelmente um Estado é dominante, mas a dominância daquele Estado não é suficiente para criar a hegemonia. A hegemonia se deriva do estrato social dominante dos Estados dominantes, tão profundamente quanto estas formas de fazer e pensar adquiriram uma aquiescência do estrato social dominante dos outros Estados (Cox *apud* Gill, 1994b).

voltar a esta discussão, contudo, é importante ressaltar que, se para Gramsci as classes sociais são fenômenos essencialmente locais, o que caracteriza o processo de construção da hegemonia é exatamente a capacidade destas classes em expandirem seu domínio para além das fronteiras nacionais. A hegemonia e o processo imperialista caminham de mãos dadas. Desta forma, segundo Cox:

A hegemonia mundial começa assim com uma expansão externa da hegemonia interna (nacional), estabelecido pela classe social dominante. As instituições econômicas e sociais, a cultura, a tecnologia associada com a sua hegemonia nacional, torna-se o padrão para sua emulação no exterior. Tal hegemonia em expansão se impinge aos países mais periféricos. Esses países não sofreram a mesma revolução social completa, não tendo suas economias desenvolvidas na mesma maneira, mas tentaram incorporar elementos do modelo hegemônico sem, contudo, abalar as velhas estruturas de poder (1994).

A hegemonia vista de um enfoque global não significa apenas que não podemos pensá-la no nível nacional, mas que esta, em primeiro lugar se expande aos países periféricos na forma de ideologias universalistas e em segundo lugar se legitima ao construir uma ordem internacional onde os interesses de todos, ou a grande maioria, dos países aparece refletida. A construção de uma ordem internacional legítima, portando, não pode ser vista como um ato de força ou de domínio, mas sim representando um amplo consenso sobre temas e conceitos universais que contemplam interesses políticos, econômicos e culturais tanto das grandes potências como dos países periféricos.

Para que este processo hegemônico aconteça, é necessária a constituição de instituições desta chamada sociedade civil internacional, pois esta ordem dificilmente se sustentaria apenas na relação direta entre os estados, a necessidade de encobrir as relações de

domínio entre países pobres e ricos abre o espaço para a atuação destas instituições internacionais. A ordem se institui pelo poder e a forcas dos estados poderosos, mas se mantém principalmente pelo consenso, isso é que distingue as ordens hegemônicas das não-hegemônicas (Cox, 1986).

Assim como os teóricos dependentistas Gramsci observou o fenômeno hierárquico das relações centro e periferia não apenas no sentido de alto a baixo, mas também e, principalmente, de baixo para cima. Os laços que ligam as economias periféricas às economias centrais também ligam classes sociais para além de suas fronteiras nacionais. Os processos imperialistas decorrem de alianças e conflitos e classes no interior e no exterior das fronteiras nacionais. Alianças entre classes dominantes dos países dominantes e dos países dominados caracterizam os processos de revolução passiva.

Os estados periféricos se enquadram em um processo de homogeneização das políticas públicas em nível global. Cabe a eles o projeto de ajuste das economias nacionais, a seleção das instituições estatais aptas a fazer esta transição, a eliminar as incapazes e a criar as novas agências adequadas a este fim. A idéia do "pensamento único" reflete o nível de hegemonia que as idéias dominantes do neoliberalismo global atingiram. Os alardeados processos de modernização por que devem passar as economias periféricas nada mais significam, portanto, do que adaptar suas economias ao novo padrão de desenvolvimento do capitalismo global e transnacional.

O papel das instituições internacionais então é decisivo, não apenas produz e veicula as idéias hegemônicas, cuidando para que estas sejam vistas como universais, neutras e fruto de análises realistas e tecnicistas, como também legitimam determinadas instituições e grupos que nelas se apóiam para derrotar seus oponentes nacionais. Ao mesmo tempo em que fortalecem os interesses dominantes, produzem políticas em benefício dos setores mais prejudicados pelas políticas de modernização e de ajuste econômico (Cox, 1994).

Se a expansão internacional é decorrência do estabelecimento da hegemonia nacional pelas classes burguesas, sua correspondên-

cia nos países periféricos se dá através de uma revolução passiva. Assim, segundo Cox (1994):

O conceito de revolução passiva é a contra-parte do conceito de hegemonia no qual ele descreve as condições de uma sociedade não-hegemônica – na qual nenhuma classe dominante teria sido capaz de estabelecer uma hegemonia no sentido gramsciano do termo. Hoje em dia esta noção de revolução passiva, junto com seus componentes, cesarismo e transformismo, é particularmente adequada para descrever a situação dos países industrializados do Terceiro Mundo.

O uso do conceito de Revolução Passiva para descrever a realidade nacional já tem história no pensamento político brasileiro. Autores como Carlos Nelson Coutinho e Luiz Werneck Vianna³, entre outros, utilizaram este conceito para compreender a realidade brasileira. Assim, buscava-se analisar a construção do capitalismo nacional, a modernização da sociedade brasileira através do confronto das classes nacionais, do papel fundamental do Estado e da passagem para uma modernização onde o novo e o velho se entrelaçavam e fortaleciam. As mudanças da sociedade brasileira se dariam de forma “molecular”. Por outro lado, falta a estas leituras uma análise mais aprofundada do papel das idéias estrangeiras na constituição desta nossa revolução passiva. Desta forma, o liberalismo conservador do período colonial, o positivismo republicano, o desenvolvimentismo cepalino, as teorias da segurança nacional, até chegarmos ao neoliberalismo globalizante deste início do século XXI refletem os processos de conflito intraclasses dominantes, como

³ As referências bibliográficas fundamentais são: Vianna, L. W. Liberalismo e Sindicalismo no Brasil. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Idem. A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997. Coutinho, C.N. Gramsci no Brasil: Recepções e usos. In: Moraes, J.Q. de História do Marxismo no Brasil. Vol. III. Teorias e Interpretações. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998, Idem. A democracia como valor universal. SP: LECH, 1980. Pode-se consultar também minha tese de doutorado, Pansardi, M. V. Relendo a Revolução de 30: participação popular e revolução burguesa. Tese de Doutorado, IFCH, Campinas: Unicamp, 2002, especialmente o capítulo 11: Crise de hegemonia e revolução passiva: a leitura gramsciana sobre a revolução de 1930.

também entre estas classes e os setores dominados; as relações de subordinação do estado nacional aos interesses dominantes internacionais; as alianças entre os interesses dominantes periféricos e os das potências dominantes.

A história dos processos de modernização passiva no Brasil assumiu um novo aspecto nos anos 80 com a crise da dívida que pôs a nu a falência das estruturas do estado populista-desenvolvimentista. O Estado autoritário brasileiro, levado aos limites de centralização e da burocratização pelo regime militar, mostrou-se incapaz de cumprir a tarefas a ele impostas pela redemocratização e pela crescente liberalização da economia mundial. Sofrendo pressões internas de uma sociedade civil que, no entanto se mostrou frágil demais para prover uma base firme para o novo regime. Na sequência, as pressões externas levaram a redução do poder do Estado sobre a economia, em favor da expansão das forças de mercado. O declínio da autoridade estatal é associada com a imposição de políticas de "ajuste estrutural" com a influencia financeira do FMI e apoiado pela pressão dos U.S.A. Este padrão se espalhou por toda a América Latina. Uma nova etapa da revolução passiva estava se constituindo (Cox, 1997).

O uso dos conceitos de revolução passiva, cesarismo e transformismo permite-nos compreender a forma complexa como se deu a hegemonia das idéias e projetos neoliberais no Brasil e no continente latino-americano. A rápida conversão de um continente que, desde os anos 50 até os anos 70, foi um campo fértil para o crescimento de várias vertentes do pensamento nacional-desenvolvimentista - tanto em versões mais à esquerda ou à direita do espectro político ⁴, para as concepções centradas no mercado, mostra como estes conceitos são úteis. O que chama mais atenção é que, na maioria dos casos, os atores que se propuseram a enterrar o cadáver do estado desenvolvimentista foram os mesmos que, no período exatamente anterior, eram seus mais ardorosos defensores. Peronistas,

⁴ Desde o pensamento nacional-desenvolvimentista da CEPAL, do ISEB, ou da APRA, passando pela concepção da revolução democrático-burguesa dos partidos comunistas, até o desenvolvimentismo autoritário dos governos militares.

apristas, social-democratas, socialistas, nacionalistas, são agora os covões de um passado indesejável. Gramsci identificou nestes movimentos de adesão às ideologias dominantes um caso clássico de transformismo:

O grupo, que é o portador de novas idéias, em tais circunstâncias, não é um grupo social indígena que seja engajado ativamente na construção uma nova base econômica com uma nova estrutura das relações sociais. É um estrato intelectual que incorporou as idéias de uma prévia revolução econômica e social estrangeira. Conseqüentemente, o pensamento deste grupo toma uma forma idealista desterrada do desenvolvimento econômico doméstico, e sua concepção do Estado toma a forma de "um absoluto racional" (Gramsci *apud* Cox, 1994).

A aproximação das teses da direita neoliberal e da esquerda pós-moderna tem suas raízes na conjuntura histórica dos anos 60 com a crise do Estado de Bem-Estar Social na Europa, com a rápida obsolescência do Estado comunista na Europa oriental, como também na decadência do Estado populista na América Latina e sua substituição por um estado burocrático-autoritário originário das ditaduras militares implantadas nesse período. Um caráter fortemente antiestatal e antipolítico caracteriza o pensamento desta esquerda "neo-anarquista". Sua visão de baseia na compreensão de um mundo onde o Estado perde o seu caráter central no jogo político, onde os conceitos modernos de cidadania, de soberania - seja na sua vertente política seja jurídica -, de democracia, perdem rapidamente o seu fundamento nacional. É uma concepção não apenas "pós-estatal", mas também "antiestatal".

Como vimos, desde a gestão MacNamara a instituição vem fortalecendo seu discurso como um banco social de combate à pobreza, contudo a partir da gestão de James Wolfensohn se consolidou a tendência de aproximar o seu discurso do discurso da esquerda pós-

moderna. Deslocando a centralidade da economia para a cultura, defende o papel central da educação para o desenvolvimento econômico, como também seu papel fundamental no aperfeiçoamento das instituições políticas, caminho fundamental para a constituição de uma "boa governança" (Leher, 2005).

Um liberalismo com rosto humano, como o apregoado pelo Banco, seria a saída universal para enfrentar a "crise humana" (Siqueira, 1999), assim superar-se-ia o discurso frio e calculista dos anos anteriores em que a sociedade humana e seus problemas se reduziram ao espaço da economia ou das finanças. Com isso, a defesa da diversidade cultural e do multiculturalismo (Fonseca, 1998) são pilares no seu discurso pedagógico. Tem na equidade um valor universal; defende a distribuição de terras como forma acessória de justiça social; defende o "empoderamento" dos setores populares (Coraggio, 2000), das mulheres, das minorias étnicas e dos indígenas, da participação, portanto, dos mais pobres na gestão pública. Na busca de parcerias para seus projetos, o Banco se aproxima dos movimentos sociais, das Ongs, da sociedade civil, como também das administrações geridas pelos partidos de esquerda.

Quando usamos o termo "transformismo" não estamos apenas nos referindo à cooptação ou ao adesismo dos antigos inimigos, agora transformados em confiáveis aliados, mas também, e principalmente a capacidade destas instituições da sociedade civil internacional de transformar idéias outrora potencialmente contra-hegemônicas em argumentos de defesa da nova doutrina hegemônica. É assim que a noção de uma "economia auto-sustentada", por exemplo, que originalmente advogava um desenvolvimento autônomo determinado endogenamente, portanto, uma idéia em oposição a projetos homogeneizantes do tipo neoliberal. O termo agora foi reinterpretado para significar as políticas geradas pelas instituições da economia mundial na forma de programas de ajuda aos países periféricos do tipo faça-você-mesmo (Cox, 1994).

Percebe-se que o "desenvolvimento social", na leitura do Banco, deixa de ser uma luta pela redução da distância entre ricos

e pobres e passa a ser uma mudança de mentalidade, a mudança de valores (Borges, 2003), valores arcaicos que representavam uma sociedade paternalista, ligados a uma concepção corporativa e estatal do crescimento econômico. O sentimentalismo latino e católico que centrado na autoridade pública valorizava relações promíscuas, corruptas e de dependência entre ricos e pobres e entre estes e o Estado.

Os valores modernos originam-se da sociedade civil, do mercado, das relações individuais. Saem as concepções de solidariedade, de igualdade e de cidadania e entram novos valores da competitividade, da eficácia, da equidade, do individualismo. Aqui é interessante ressaltar a passagem emblemática do discurso a favor da igualdade para a defesa da equidade. De maneira sutil, a concepção cidadã dos direitos universais, se transforma na igualdade de oportunidades típica do pensamento liberal e desta para o conceito de equidade, que ao contrário da idéia de igualdade significa a defesa da diferença, respeitar e promover, as diferenças naturais existentes entre os indivíduos. As diferenças devem ser respeitadas contra toda tentativa arbitrária de buscar a igualdade, vista como antinatural (Gentili *apud* Ugá, 2004). Daí a superioridade moral do ensino privado, em relação ao ensino público, visto como locus privilegiado da produção e divulgação dos valores modernos contra a escola pública (Leher, 2005).

Os novos valores devem ser incorporados como pré-requisito fundamental para que possamos adentrar a nova sociedade de mercado neoliberal. As reformas político-institucionais e econômicas falharam por não conseguir um amplo apoio de setores populares, da classe média, e mesmo entre setores da elite ainda ligados com as estruturas do velho estado corporativo.

Por outro lado, a luta pela democratização da sociedade, na leitura do Banco, não significa realmente uma ampliação do poder popular, já que na sua visão a ampliação da democracia pode resultar em efeitos muito mais negativos do que positivos. Nas suas análises

a democratização foi uma das causas do crescimento da ineficácia econômica, da preponderância dos grupos de pressão que distorciam a ação do Estado em prol de interesses particularistas que promoviam o interesse das elites com acesso privilegiado ao Estado. Elite esta, ligada ao velho projeto de desenvolvimento nacional-desenvolvimentista. Aqui estão as classes médias urbanas, os sindicatos, o empresariado nacional, estudantes universitários e funcionários públicos. Do outro lado estão os setores dinâmicos ligados ao mercado e a sociedade civil, bem como os pobres em geral⁵.

Assim, esta democratização deve dar aos pobres o papel de guardião das idéias “corretas”, ou seja, aquelas ligadas ao neoliberalismo. Já que os projetos são frutos de uma racionalidade universalizante, fruto de um padrão originário dos países desenvolvidos, não cabe o questionamento do modelo nem a liberdade de construir alternativas. O discurso da valorização da democracia se choca com os conselhos de “insulamento” e de “bloqueamento” (Borges, 2003) das instituições os projetos centrais para o desenvolvimento econômico. No campo da educação, apesar do apelo a descentralização, o banco recomenda a existência de estruturas centrais fortes, de onde devem partir todas as decisões fundamentais. Em muitos países se recomenda a criação de “ministérios de educação paralelos” protegidos das influências da burocracia estatal e dos setores “tradicionais” da sociedade (Torres, 2000). A participação, portanto, apenas serve como legitimação, como construção do consenso para as políticas geradas de cima para baixo.

Por fim, o discurso central do combate à pobreza através da valorização da educação é mais um belo exemplo do transformismo a que se referia Gramsci. Aqui o objetivo é desvincular a desigualdade e a miséria do Terceiro Mundo da ação dos países do Primeiro Mundo. A responsabilidade pelo subdesenvolvimento é dos próprios países

⁵Em vários de seus documentos o Banco Mundial deixa claro o papel nefasto dos sindicatos de professores. A responsabilidade pela situação da educação nacional é muitas vezes imputada diretamente a eles (Torres, 2000).

subdesenvolvidos, e a miséria dos pobres, em última instância, fruto de seus próprios atos (Fonseca, 1998). Caberia aos próprios países subdesenvolvidos, como também a seus pobres, a responsabilidade pela solução de seus problemas. Assim, se compreende mais facilmente a centralidade da educação fundamental nos discursos do Bancodesenvolvidos, mas sim reduzir sua miséria, ao ponto desta não ser mais um fator de instabilidade internacional, de constrangimento ao crescimento dos países mais ricos ⁶. Pois o objetivo não é eliminar a pobreza nem transformar os países subdesenvolvidos em desenvolvidos, mas sim reduzir sua miséria, ao ponto desta não ser mais um fator de instabilidade internacional, de constrangimento ao crescimento dos países mais ricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arce, A. (2001) Compre o kit neoliberal para a educação infantil e ganhe grátis os dez passos para se tornar um professor reflexivo. *Educação e Sociedade* v.22 n.74 Campinas.

Borges, A. (2003) Governança e política educacional: a agenda recente do banco mundial . *Rev. Bras. Ciências. Sociais.* v.18 n.52 São Paulo jun.

Carnevali, G. (2005) A teoria política internacional em Gramsci. In: Mazzaroba, O. (org.) *Gramsci: estado e relações internacionais*. Florianópolis: Fund. Boiteaux.

Coraggio, J. L. (2000) Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção. In: Tommasi, L. De; M. J. Warde; S. Haddad (orgs.) *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. SP: Cortez.

Coutinho, C.N. (1998) Gramsci no Brasil: Recepções e usos. In: Moraes, J.Q. de *História do Marxismo no Brasil*. Vol. III. Teorias e Interpretações. Campinas: Ed. UNICAMP. _____ (1980) *A democracia como valor universal*. SP: LECH.

Cox, R. W. (1986) Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. In: Keohane, R. (ed.) *Neorealism and its critics*. N. York: Columbia University Press.

⁶“Esta última sugestão tinha a ver com a necessidade de diminuir a aspiração por empregos no setor moderno da economia, direcionando a demanda profissional para o setor mais tradicional, isto é, para aqueles trabalhos informais ou por conta própria, de mais baixos ingressos, situados preferencialmente em periferias urbanas e zonas rurais” (Fonseca, 1998).

Revolução passiva e educação... - Marcos Vinicius Pansardi

_____ (1994). *Gramsci, Hegemony and IR*. In: S. Gill (org.) *Gramsci, historical materialism and international relations*. Cambridge University Press.

_____ (1997) Civil society at the turn of the millenium: prospects for an alternative world order. *Review of International Studies*, 25.

Fiori, J. L. (2001) *60 Lições dos 90: uma década de neoliberalismo*. R. de Janeiro: Record.

Fonseca, M. (1998) *O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro*. *Rev. Faculdade de Educação*. v.24 n.1 São Paulo jan./jun.

Gill, S. (1994a). Gramsci and global politics: towards a post-hegemonic research agenda. In: Idem (org.) *Gramsci, historical materialism and international relations*. Cambridge University Press.

_____ (1994b). Epistemology, ontology and the "Italian school". In: Idem *Gramsci, historical materialism and international relations*. Cambridge University Press.

_____ (1997) *Gramsci, modernity and globalization*. *International Gramsci Society Online Article*. Jan. Disponível em www.italnet.nd.edu/gramsci/resources/online. Acessado em 19/07/2006.

Leher, R. (1998) *Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para "alívio" da pobreza*. Tese de Doutorado – USP, S.Paulo.

Mearsheimer, J. J. (1990). Back to the Future: Instability in Europe after the Cold War. *International Security*. 15, 1.

_____ (2005) *Wolfowitz no Banco Mundial: educação como segurança*.

Pansardi, M. V. *Relendo a Revolução de 30: participação popular e revolução burguesa*. Tese de Doutorado, IFCH, Campinas: Unicamp, 2002.

Silva, M. A. da. (2002) *Intervenção e consentimento*. A política educacional do Banco Mundial. Campinas, SP: Autores Associados: São Paulo: Fapesp, 2002.

Siqueira, A. C. *O Novo Discurso do Banco Mundial e o seu documento de Política Educacional de 1999: a ênfase na comercialização da educação*. Disponível em <http://www2.uerj.br/~anped11/internacio->

nalizacao/Banco_mundial/2000AngelaSiq-Bmundial99.doc. Acessado em 10/10/2007.

Soares, M. C. C. (2002) Banco Mundial: políticas e reformas. In: Tommasi, L. De; M. J. Warde; S. Haddad (orgs.) *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. SP: Cortez.

Torres, R. M.(2000). Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: Tommasi, L. De; M. J. Warde; S. Haddad (orgs.) *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. SP: Cortez, 2000.

Ugá, V.D. (2004) A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. *Rev. Sociologia e Política*. n. 23 Curitiba nov.

Vianna, L. W. (1978). *Liberalismo e Sindicalismo no Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____ (1997) *A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan

Recebido em 3/9/2007

Aceito em 10/10/2007